

PARECER TÉCNICO

Processo Administrativo nº 18/2020 Inexigibilidade de Chamamento Público nº 02/2020

Proponente: Associação Casa Familiar Rural Santo Isidoro

Objeto: Parceria para execução de atividades na área da educação, com a finalidade de conjugação de esforços que visam a formação de jovens agricultores familiares através da pedagogia de alternância com a execução do projeto “Fomento a formação de jovens agricultores da Casa Familiar Rural”, buscando um desenvolvimento viável e sustentável do meio rural, conforme plano de trabalho.

O presente parecer é baseado nas orientações contidas no artigo 35, inciso V, da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e Decreto Municipal nº 72/2017. Após análise da documentação apresentada pela proponente quanto ao atendimento das exigências contidas nos Art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 72/2017, emite-se o seguinte parecer:

a) Com relação ao mérito da proposta em conformidade com a modalidade de parceria escolhida verificamos que está de acordo com o que preconiza a lei, ou seja, Termo de Fomento, sendo que este é instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da Sociedade civil, para a consecução de finalidade de interesse público propostas pela Organização da Sociedade Civil.

b) Há identidade e reciprocidade de interesse das partes na realização da parceria, em mútua cooperação, uma vez que o objeto proposto pela parceria visa promover e desenvolver a formação integral dos jovens agricultores através de pedagogia de alternância, tendo a participação da família, assim como este propósito de trabalho a EEMCFR busca de forma dinâmica e participativa aliar a teoria com a prática para que os jovens possam construir um conhecimento a partir da realidade vivenciada por eles, restando demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais da organização são plenamente compatíveis com o objeto proposto no plano de trabalho.

c) Há viabilidade de sua execução, inclusive no que se refere aos valores estimados, com previsão de recursos orçamentários, conforme Lei Municipal nº 4.674 de 28 de agosto de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 4.749 de 21 de janeiro de 2020.

d) O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho, está adequado e permite a sua efetiva fiscalização;

e) Os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos a serem adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos, serão: prestação de contas;

f) Houve designação do gestor da parceria;

g) Houve designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

Considerando os documentos apresentados pela proponente, atendimento dos requisitos exigidos na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações e Decreto Municipal nº 72/2017, e presença de autorização legislativa conforme Lei Municipal nº 4.674 de 28 de agosto de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 4.749 de 21 de janeiro de 2020, concluímos que a proponente está apta a firmar a parceria com o Município de Frederico Westphalen.

Encaminhe-se a assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico.

Frederico Westphalen, 03 de fevereiro de 2020.

Ledonir Queiroz
Secretário Municipal da Agricultura

Carmem Ivonete Giovenardi
Secretária Municipal da Educação e Cultura